

**Artigo****Colaboração entre professores do ensino comum e especial em um município paraense****Collaboration between common and special education teachers in a Paraense municipality****Rossicleide Santos da Silva<sup>\*1</sup>, Carla Ariela Rios Vilaronga<sup>\*\*2</sup>**<sup>\*</sup>SME de Ananindeua-PA, <sup>\*\*</sup>IFSP/UFSCar, São Carlos-SP, Brasil**Resumo**

O ensino colaborativo é um modelo de apoio que pode dar suporte ao trabalho em conjunto entre os professores da Educação Especial e da classe comum, de forma que esses possam atuar de maneira colaborativa na sala de aula em prol do aluno Público Alvo da Educação Especial (PAEE) e, por conseguinte, auxiliar a turma como um todo. O objetivo da pesquisa foi o de analisar uma experiência formativa que congregou conteúdos teóricos com a reflexão sobre a prática de coensino, tendo como estratégia de implementação de práticas colaborativas o assessoramento no espaço escolar. Foi baseado nos pressupostos da pesquisa ação colaborativa, na qual o pesquisador e pesquisado vão em busca de resposta para um objetivo em comum. A pesquisa ocorreu em um Município paraense com 25 professores da educação especial, por meio das intervenções formativas que ocorreram em momentos entremeados de teorias e prática, com a pesquisadora atuando como consultora dentro do espaço escolar. Percebeu-se que a colaboração entre professores foi construída por meio das pequenas relações, como na hora do café, no planejamento das atividades para as salas comum/recursos, principalmente quando começaram a se apropriar de conhecimentos teóricos específicos sobre o modelo de apoio. Concluiu-se que a pesquisa fomentou o processo de colaboração, favoreceu o uso de estratégias do ensino colaborativo para alguns docentes e foi observada mudança na prática frequente da retirada do aluno da sala comum e o pensar na acessibilidade para ele nesse espaço.

**Abstract**

Collaborative teaching is a support model supporting joint work among Special Education teachers and the common class so they can work collaboratively in the classroom benefiting the Special Education Target Public SETP (PAEE in Portuguese) and, therefore, help the class as a whole. The research aimed to analyze a formative experience that congregated theoretical content with a reflection on the practice of co-teaching having the advisory strategy in the school space as a strategy for implementing collaborative practices. It was based on the assumptions of collaborative action research, in which the researcher and researched go in search of an answer to a common goal. The research took place in a municipality in Pará with 25 teachers of special education by formative interventions occurring in moments interchanged between theories and practice. The researcher acted as

---

<sup>1</sup> Docente dos anos iniciais e técnica na Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua/PA, Mestrado em Educação Especial (UFSCar), ORCID id: <https://orcid.org/0000-00027503-0357>, e-mail: educrss@gmail.com .

<sup>2</sup> Docente do Instituto Federal de São Paulo/Docente Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Doutorado em Educação Especial, ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-6050-2369>, e-mail: crios@ifsp.edu.br .

a consultant within the school space. We noticed that the collaboration between teachers was built by small relationships, as at breakfast time and in the planning of activities for the common rooms/resources, especially when they appropriated specific theoretical knowledge about the supporting model. We concluded that the research promoted the collaboration process, favored the use of collaborative teaching strategies for some teachers, and we observed a change in the frequent practice of removing the student from the common room and thinking about his accessibility in this space.

**Palavras-chave:** Educação especial, Educação inclusiva, Professor educação especial, Regime de colaboração.

**Keywords:** Special education, Inclusive education, Special education teacher, Collaboration regime.

## Introdução

A educação inclusiva, proposta na Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), prevê que a Educação Especial não pode ser substitutiva da educação formal e que a escolarização dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser realizada, prioritariamente, na sala comum. Para que a inclusão escolar ocorra de forma exitosa, é imprescindível que aconteçam mudanças no espaço escolar para ofertar a todos os alunos o direito de continuar seus estudos, considerando a capacidade de cada um.

A matrícula de alunos no ensino comum é prevista aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assim como é assegurado ao atendimento educacional especializado a incumbência de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de maneira a eliminar qualquer tipo de barreira, garantindo, assim, a acessibilidade a todos. De acordo com o documento, as atividades a serem realizadas no atendimento educacional especializado (AEE) devem ser diferenciadas “daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela” (BRASIL, 2008, p.16).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) também prevê, em seu Art. 1º, “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

O principal modelo de apoio ao aluno PAEE é a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) que, segundo a orientação da Política Nacional de Educação Especial, deve acontecer no turno contrário a escolarização na sala comum. Para que o caminho seja trilhado, compartilhado e vivenciado, Mendes (2002) já vislumbrava que seriam necessários três componentes básicos de apoio: o aspecto político (administrativo e organizacional), o educacional e o pedagógico. No aspecto organizacional, propunha-se que seria necessária uma rede de suportes voltada à formação de pessoal e apoio para o planejamento e avaliação das políticas almeçadas. No âmbito educacional, já se referia ao ensino colaborativo ou cooperativo como forma de unir os professores da Educação Especial e os da classe comum no sentido de planejar, implementar e avaliar atividades na sala de aula, inclusive, envolvendo os pais.

Apesar dos aparatos legais, como a Portaria nº 948 de 09/10/2007, o Decreto nº 6.571 de 17/09/2008 e a Resolução nº 4, de 02/10/2009, que procuraram orientar a prática do professor da Educação Especial na sala multifuncional apontarem para uma parceria com o professor da sala comum, pesquisas têm demonstrado a importância dessa acontecer por meio da colaboração entre os professores da Educação Especial e da classe comum para que a prática pedagógica seja formulada a partir do planejamento, elaboração e avaliação das atividades, propiciando uma aprendizagem significativa ao alunado PAEE.

A escolarização do PAEE precisa de um trabalho com formas de atuação colaborativas e variadas entre os profissionais da Educação Especial e os da classe comum, incluindo as redes de apoio, como as salas multifuncionais e os professores itinerantes. Logo, eis o desafio de reconhecer que o AEE não deveria se restringir à Sala Multifuncional, mas, sim, poderia ir além, evitando o segregacionismo do alunado PAEE, conhecendo o dia a dia escolar e chegando à sala de aula, local rico de saberes e fazeres. Assim, procurar disseminar novas formas de apoio como possibilidades de favorecer a escolarização tornou-se premente para a realidade contemporânea em que a sociedade se encontra e o ensino colaborativo pode ser um desses aportes, desde que se consiga trabalhar em conjunto, compartilhar responsabilidades e assumir desafios com os atores principais: professores da Educação Especial e da sala comum.

Ao se trabalhar na linha do Ensino Colaborativo, a atenção dos professores não seria diretamente ao aluno com deficiência, de modo que se evitaria a discriminação e segregação desse. Nesse sentido, Marin e Braun (2013), ao apontarem sobre o Plano Educacional Individualizado, reforçam a necessidade do planejamento, execução e avaliação entre os professores que são compostos por ações que atendem às necessidades de qualquer um que necessite de diferenciações no ensino de uma forma contextualizada, em relação às atividades realizadas na e para a turma. Ressalte-se que as pesquisadoras reforçam as vantagens de se trabalhar na linha do ensino colaborativo ao afirmarem que na mediação compartilhada em sala de aula:

(...) os docentes passam a refletir sobre suas práticas, enquanto tem a possibilidade de aprender, uns com os outros, novas formas de lidar com as situações de ensino que os desafiam, promovendo um olhar mais apurado sobre as necessidades do aluno, além da organização de um ambiente de ensino mais rico, garantindo, quando preciso, individualizações e adequações pedagógicas que promovam a aprendizagem (MARIN; BRAUN, 2013, p. 58).

A proposta do ensino colaborativo, segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), é baseada na abordagem social da deficiência, pois compreende que a escola precisa ser mudada, incluindo as atividades desenvolvidas na classe comum, uma vez que é o espaço no qual o aluno convive com seus pares em um tempo maior. Logo, se a sala comum não for modificada em suas estratégias e modo de funcionamento em relação aos conteúdos e às atitudes, dificilmente ocorrerá a escolarização do alunado como um todo.

Os professores envolvidos precisam desenvolver características como compromisso, apoio mútuo, respeito, flexibilidade e uma partilha de saberes, pois “nenhum profissional deverá considerar-se melhor que os outros. Cada profissional

envolvido pode aprender e pode beneficiar-se dos saberes dos demais e, com isso, o beneficiário maior será sempre o aluno” (CAPELLINI, 2004, p. 91).

A estratégia do ensino colaborativo ou coensino surge como mais um caminho que pode promover a escolarização do aluno PAEE em classe comum. Esse modelo ocorre quando um professor da Educação Especial e um professor da classe comum decidem unir seus conhecimentos, o primeiro com estratégias e o segundo com os saberes de conteúdo, em um trabalho em que ambos ficam responsáveis pela elaboração, construção dos métodos, aplicação e avaliação das atividades realizadas em sala (CAPELLINI, 2004; RABELO, 2012; ZERBATO, 2014; VILARONGA, 2014; MENDES, 2011/2014).

Apesar de existir em âmbito legal (Resolução nº 04, artigo 9º) o aval de que os professores da Educação Especial e o da classe comum precisam se reunir para organizar o trabalho pedagógico, há cisão de práticas e conteúdos. Milanesi (2012) relatou que a atividade de ambos é bem distinta, uma vez que o docente da classe comum detém o conhecimento dos assuntos base do currículo do ano letivo do aluno, enquanto o da Educação Especial proporciona o conjunto de técnicas e de práticas específicas ao PAEE a serem utilizadas. Assim, há uma necessidade de que o momento de planejar, executar e avaliar as atividades seja instituído, fato difícil de ocorrer entre os mesmos devido à ausência do fator tempo.

Milanesi (2012) sinalizou que para que a articulação entre os professores da sala comum e da Educação Especial ocorra, precisam ser transpostas barreiras atitudinais e acontecer o envolvimento de ambos em prol do desenvolvimento do aluno PAEE, para, em seguida, também ajudar a turma.

Na estratégia do Ensino Colaborativo, o pressuposto é o de que a aprendizagem ocorra para todos os alunos da sala e, por isso, apesar de estar se pensando nas adaptações para o aluno PAEE, a atenção dos professores não é diretamente a esse aluno por meio de uma atividade de tutoria individual. Com intuito também de evitar a discriminação, a segregação e a falta de autonomia desse aluno específico, os dois professores atuam em colaboração, circulando pela sala e dando o apoio necessário à turma como um todo, promovendo uma relação de convívio rica e de troca de conhecimentos.

Mesmo com o aumento das pesquisas neste tema, percebeu-se a necessidade de estudos com propostas de mudança de contexto com o tema coensino em aspectos diferentes no Brasil, pois, com a grande diversidade cultural e de espaço, o território brasileiro ainda desconhece o modelo de apoio apresentado. Partindo-se do pressuposto de que a formação continuada é uma das chaves para o ensino colaborativo, mas que ela, por si só, sem vinculação com o espaço escolar não tem trazido mudanças nas práticas da escola, questionou-se: o assessoramento do formador dentro do contexto da escola, pensando em estratégias práticas baseadas na colaboração com a equipe escolar e os docentes em formação, poderia proporcionar vivências colaborativas entre o educador especial e o professor da sala comum?

Pensando na realidade local de um Município paraense e na colaboração entre esses dois profissionais, ficou definido como objetivo da pesquisa o seguinte: analisar uma experiência formativa que congregasse os conteúdos teóricos com a reflexão sobre a prática de coensino, tendo como estratégia de implementação de práticas colaborativas o assessoramento no espaço escolar.

## 2. Opções metodológicas e procedimentos de investigação

Por entender a importância dos professores na troca entre pesquisadores e pesquisados, considerando fundamental a necessidade trazida por eles em discutir a temática da escolarização do aluno PAEE e a inclusão no espaço da sala de aula comum, optou-se pela investigação com pressupostos da pesquisa colaborativa, que tem a proposta de ser uma ação emancipatória no sentido de investigar a própria ação educativa, nela intervindo (IBIAPINA, 2008).

Nesse formato de pesquisa colaborativa, pesquisador e professores tornam-se mais autoconscientes a respeito das situações em que estão inseridos. Os professores, em especial, são postos no centro da investigação, não somente como objeto de análise, mas ativos enquanto produtor e produto da história educativa. A pesquisa é, portanto, colaborativa por aproximar duas dimensões da pesquisa em educação: a produção de saberes e a formação contínua de professores, privilegiando a pesquisa e a formação (IBIAPINA, 2008).

O Município estudado localiza-se no estado do Pará, possui uma área territorial de cerca de 185 km<sup>2</sup>, em torno de 500 mil habitantes e densidade demográfica de quase 2500 Hab/Km<sup>2</sup>, representando a segunda maior população do estado e a terceira da Região Amazônica (IBGE, 2015). Segundo a entrevista realizada com a coordenadora da Divisão de Inclusão e Atendimento Especializado (DIAE), professora Marly<sup>3</sup>, a Educação Especial teve início no Município em 2007, com técnicos que realizavam visitas nas escolas que tivessem alunos especiais. Eram somente assessoramentos e orientações aos professores da sala regular (Marly, 10/08/2016). A mesma relatou que nunca houve classe especial e que o atendimento ao público da educação especial se iniciou direto com o que chama de AEE, mas tendo como sinônimo o atendimento oferecido na sala de recursos multifuncionais e não o possível leque de serviços e atividades específicas para o aluno PAEE. Em 2010, começaram a surgir as primeiras salas de recursos multifuncionais, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) contemplou algumas escolas com esses espaços, sendo necessária a seleção de professores para atuarem nesse serviço. Inicialmente, eram três salas e, em 2016, o número desses espaços chegou a trinta. Os professores que atuavam nas salas multifuncionais possuíam especialização na área e eram um total de 72 profissionais, atuando em 30 escolas e atendendo 734 alunos, segundo dados do Censo Escolar 2016. Apesar das 30 salas de recursos multifuncionais estarem funcionando, Marly pontuou que várias escolas que receberam os mobiliários e materiais para montar as salas, não tinham espaço físico.

Os participantes da pesquisa foram professores de Educação Especial que atuavam em caráter efetivo na Rede Municipal de Ensino durante o segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017. A participação na pesquisa foi voluntária. O projeto de pesquisa foi enviado ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar e as docentes que aceitaram participar da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos os nomes de docentes e de escolas utilizados no artigo foram fictícios.

No contato inicial com os docentes, ocorrido em um encontro no mês de outubro/2016, foi-lhes entregue um formulário solicitando dados de identificação, formação inicial, formação continuada e experiência profissional, nos quais foram

---

<sup>3</sup> Nome fictício.

adquiridas as seguintes informações: o grupo de 25 professores participantes estava na faixa etária entre 25 e 57 anos, com maioria considerável do sexo feminino (84% feminino e 16% masculino) e efetivado recentemente.

Verificou-se a predominância da formação inicial em Pedagogia (64%) e Letras (português, espanhol e Libras) (20%), havendo também a participação de professores com licenciatura em disciplinas como Biologia, Ciências Sociais, Geografia e Química. Percebeu-se que 6 (24%) professores se formaram antes da promulgação da Política Nacional de Educação Especial no Brasil (2008) e não relataram conteúdos no seu curso relacionados aos alunos PAEE, enquanto 19 (24%) se formaram após 2008 e informaram, no formulário aplicado, que tiveram acesso ao conhecimento sobre a Educação Inclusiva durante sua graduação, por disciplinas ou por atividades complementares.

Observou-se que uma parcela pequena de 3 professores, atuava somente na Educação Infantil, uma parcela bem considerável de 17 professores exercia sua atividade no Ensino Fundamental, enquanto 5 professores, desempenhavam suas ações em ambos níveis. A qualificação via especialização foi adquirida por 100% dos professores. Uma parcela significativa dos professores complementou o aprendizado para trabalhar de forma generalista e atendia as necessidades de diferentes perfis de alunos PAEE, enquanto outro grupo auxiliava o público específico de estudantes surdos, com formação em Libras.

Em relação à experiência docente no campo da Educação Especial, a maioria dos professores não tinha experiências anteriores em Salas de Recursos Multifuncionais, com atendimento aos alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Verificou-se que 40% atuavam há mais de dois anos na Educação Especial, alguns deles, inclusive, com tempo de serviço acima dos dez anos.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados: (a) Roteiro de entrevista elaborado a partir do instrumento de caracterização do Município, com o objetivo de adquirir informações sobre a Educação Especial. O roteiro continha informações como o número de escolas que possuíam salas de recursos multifuncionais, o quantitativo de professores da educação especial, o número de alunos atendidos na rede municipal, a existência (ou não) de serviço itinerante e atendimento hospitalar, como também a legislação que amparava a Educação Especial do Município com a coordenadora da Divisão de Inclusão e Atendimento Especializado; (b) Ficha de caracterização dos participantes que foi elaborada com a avaliação de dois pesquisadores, sendo específica para coletar informações dos professores sobre dados pessoais, formação e atuação profissional, assim como informações acerca do ensino colaborativo; (c) Ficha de avaliação para detectar o grau de satisfação dos participantes da Intervenção Formativa sobre ensino colaborativo; (d) Ficha de planejamento da atividade em sala, que foi utilizada para o planejamento em conjunto dos professores envolvidos: Educação Especial e classe comum; e (e) Ficha de diário de campo que foi utilizada para que os professores pudessem relatar e avaliar a atividade realizada para posteriores aplicações do modelo de apoio em questão.

A intervenção formativa, com carga horária de 20 horas, teve como objetivo proporcionar aos participantes a reflexão sobre a importância da inclusão escolar na perspectiva colaborativa e transcorreu nos meses de março, abril e maio de 2017, no horário da manhã (8h às 12h), na Secretaria de Educação. Iniciava-se com o diálogo sobre o ensino colaborativo, utilizando-se de apresentações em Power Point como apoio, nas quais os professores de Educação Especial participavam expondo as

dúvidas e as experiências que tiveram com os docentes da classe comum. Foram discutidos os temas:

Tabela 1. Temas da formação

TEMA	EMENTA	ATIVIDADES
<b>O caminhar da inclusão na escola</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O que vem a ser a inclusão escolar;</li> <li>- Importância do planejamento em conjunto;</li> <li>- A relação gestão e professores para a promoção da inclusão</li> </ul>	Apresentação da pesquisadora formadora, dos professores participantes, do projeto em questão e da organização das intervenções formativas em relação aos assuntos explorados
<b>A colaboração no âmbito escolar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colaborar + ação: o que é, como fazer?</li> <li>- Atitudes que evidenciam a colaboração;</li> <li>- Ações que promovam a colaboração;</li> </ul>	Explanação sobre a colaboração no ambiente escolar: se acontecia e como
<b>Coensino/ ensino colaborativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição e caracterização de ensino colaborativo ou coensino;</li> <li>- Os saberes do coensino</li> </ul>	Explanação sobre o coensino ou ensino colaborativo: definição e caracterização desse modelo de apoio
<b>O coensino na prática</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os desafios na implementação do coensino;</li> <li>- Estudo de caso: professora de coensino: Cecília</li> </ul>	Apresentação e discussão sobre o coensino/ensino colaborativo na prática através de casos práticos; Soluções práticas para o funcionamento do coensino e os desafios na efetivação dele
<b>O coensino na prática</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer para praticar o ensino colaborativo: serviço em Educação Especial de apoio a inclusão escolar</li> </ul>	O coensino/ensino colaborativo na prática com o tema “Conhecer para praticar o ensino colaborativo: serviço em educação especial de apoio a inclusão escolar”

Fonte: Dados da pesquisa.

Durante a intervenção formativa, iniciou-se a visita às escolas, em forma de assessoramento. Dos 25 professores que participaram da formação, 16 se interessaram em receber a pesquisadora em suas escolas, pensando no desenvolvimento de projeto piloto de implementação da colaboração. Ao chegar à escola, a pesquisadora conversava com o(a) professor(a) da Educação Especial, deixava o material informativo que foi utilizado nas formações para ser compartilhado com o professor da classe comum e se colocava à disposição para qualquer dúvida que surgisse. Em algumas escolas, a pesquisadora teve contato com gestoras e coordenação que se interessaram pela proposta de apoio à colaboração no espaço escolar, as quais se disponibilizaram em compartilhar as informações com as professoras da classe comum por meio de reunião pedagógica.

Nas visitas de assessoramento, que ocorriam em sua maioria semanalmente, eram realizadas conversas informativas, discussão sobre o tema e sobre formas de trabalho de coensino com os professores da Educação Especial, da classe comum e com o profissional de apoio. Nesse momento de conversa com os educadores envolvidos, refletiu-se, conjuntamente, se a colaboração estava realmente ocorrendo, como era organizado o planejamento, bem como as estratégias que seriam utilizadas na sala de aula, sempre acontecendo a avaliação do trabalho executado para o desenvolvimento de atividades futuras. Nos

assessoramentos, eram entregues fichas de planejamento e avaliação das atividades.

Após o trabalho de assessoramento nas escolas nos meses de abril a junho/2017, ocorreu, em agosto/2017, na Secretaria de Educação, a socialização de três escolas que vivenciaram experiências dentro da proposta do Ensino Colaborativo (uma de Educação Infantil e duas de Ensino Fundamental I). A socialização das atividades realizadas no modelo de apoio apresentado estava no cronograma de atividades de término da pesquisa como forma de avaliar o processo formativo, porém esse momento de troca de informações sobre como ocorreu o trabalho nas escolas com outros docentes foi sugestão e solicitação dos cursistas.

Os dados coletados durante a pesquisa foram analisados de maneira contínua, desde as transcrições das gravações da coleta, com intuito de se apropriar das informações, até a leitura exaustiva dos mesmos, identificando eixos temáticos, ou seja, passagens dotadas de informações a respeito de episódios vivenciados na formação e no assessoramento nas instituições escolares. Os eixos relacionados à etapa I da pesquisa corresponderam a “Busca de informações iniciais”, a análise de dados ocorreu pela compilação e descrição das informações sobre a proposta da Educação Especial do Município, a descrição da localidade, bem como a dos participantes. Na etapa II, referente à formação sobre ensino colaborativo e estratégias de trabalho entre o professor de Educação Especial e da classe comum, e na etapa III sobre a reflexão e ação dos professores de Educação Especial sobre as possibilidades de implementação do ensino colaborativo na rede municipal em estudo, as falas foram categorizadas em eixos temáticos e analisadas, buscando-se relações entre elas. Os temas apresentados nesse artigo foram: i) colaboração entre professor da Educação Especial e da classe comum; e ii) avaliação da intervenção formativa.

### **3. Colaboração entre professor da Educação Especial e da classe comum**

Para que o relacionamento entre os professores, da Educação Especial e da classe comum no espaço da sala de aula, possa ser desenvolvido até se alcançar o estágio da confiança e reciprocidade, é preciso haver uma sintonia e compromisso entre os atores sociais envolvidos diretamente, segundo Friend e Hurley-Chamberlain (2007). No Município pesquisado, os relacionamentos entre esses professores estavam sendo construídos de forma diversificada. A professora Silvia colocou que havia uma boa relação, mesmo que com algumas restrições “Minha relação profissional com o professor da sala comum é boa, porém existem alguns que não valorizam o atendimento. Existe ainda algum tipo de rejeição em relação ao mesmo, não buscam esclarecimentos e se negam a conhecer o aluno” (04/10/2016).

Nas intervenções formativas, os professores da Educação Especial colocaram que a comunicação com o docente da classe comum variava entre “boa” (AMANDA), “de interação constante” (ILMA) e da “melhor forma possível” (DORA). Vale ressaltar que na escola em que Dora atuava não havia sala de recursos multifuncionais, fazendo com que ela atuasse direto em sala, como professora de Educação Especial.

Levando em consideração o fato de que trabalho junto com o professor regente, procuro me relacionar com o mesmo da melhor forma possível, por isso sempre estamos em constante troca de informações a respeito dos alunos com deficiência, para assim

desenvolvermos um trabalho que melhore o desenvolvimento dos mesmos (DORA, 17/03/2017).

Nas manifestações a seguir, foram perceptíveis várias relações sendo reinventadas ou reconstruídas, como a do professor Everton. Com graduação em Química, ele estava tendo seu primeiro contato com turmas do 1º ao 5º ano, por meio da Educação Especial. O professor sentia uma admiração pelo profissionalismo das professoras e sua fala era voltada ao respeito pela realidade em que essas professoras atuavam: sem suporte e apoio, salas quentes e alunos com deficiência.

Nesse movimento, acredito ter construído ao longo do tempo, uma relação profissional de respeito ao trabalho que essas professoras desenvolvem nas suas respectivas turmas, e companheirismo numa tarefa educativa que não é responsabilidade de um ou de outro, mas que conflui para uma parceria colaborativa (EVERTON, 07/04/2017).

Em algumas escolas, o professor da Educação Especial ia para a classe comum quando o aluno PAEE que iria atender não comparecia ao atendimento no contra turno. Ele oferecia suporte para o professor em sala, procurando desenvolver a colaboração momentânea entre estes dois atores sociais, já que a atividade era realizada em parceria com a professora da classe comum junto com o aluno com deficiência.

As exposições dos professores Rafael, “todos são bem acessíveis, porém acreditam que o aluno especial é responsabilidade do AEE” (17/03/2017), e Nely “estabelecemos diálogo para que os professores entendam que o nosso trabalho depende também da colaboração deles” (24/03/2017) demonstraram que, apesar da acessibilidade que conseguiam ter com o professor da classe comum, eles perceberam não haver um entendimento de que o aluno também era responsabilidade da escola e não apenas do atendimento educacional especializado.

Mesmo com falas que demonstravam a importância da parceria para a escolarização, foram percebidas dificuldades para a efetivação da colaboração, como se pode verificar na fala do professor Rafael: “o professor do AEE tem pouco contato com o professor do ensino regular devido o atendimento ser no contra turno. Eu trabalho de manhã e atendo os alunos da tarde. Então, isso dificulta a parceria com esse professor” (17/03/2017).

A Nota Técnica 11/2010, MEC/SEESP/GAB/07, de maio de 2010, em âmbito legal, define que o Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer, prioritariamente, no turno inverso da escolarização. Porém, percebeu-se que esse era realizado de diferentes formas, como conforme relato abaixo:

Atuo há quase um ano na Educação Especial na escola Anísio Teixeira. Realizo atendimentos tanto de alunos no contra turno, quanto do respectivo turno da tarde, (...), desenvolvendo, em uma hora por dia, o atendimento com o aluno dividido em três dias por semana, atendo quatro alunos por dia. Nas conversas pelos corredores e sala do professor vou articulando a parceria, intervenções para com esses alunos no processo de ensino aprendizagem, faço adaptações para alunos com baixa visão, realizo

avaliação de alunos, diagnosticado pelos pais ou professores com possíveis deficiências, entre outras (EVERTON, 07/04/2017).

Alguns relatos mostraram quais atividades foram realizadas junto com o professor da classe comum, confirmando a diversidade de ações realizadas pelos professores, conforme se segue:

Meu trabalho é na sala de AEE atendendo alunos com necessidades especiais. Quando o aluno falta, vou à sala de aula acompanhar os estudantes que não possuem facilitadores. Além disso troco informações com professor de sala regular (RAFAEL, 17/03/2017).

Busco fazer uma ponte com o conteúdo do professor na sala comum. Porém, a grande dificuldade é a barreira de muito conteúdo, onde o aluno ainda não compreendeu todo o conteúdo, quando chega mais conteúdo. Porém, estamos revendo junto aos professores e direção essa dificuldade (OLIVIA, 04/10/2016).

No entanto, pouco ou nada foi identificado como uma colaboração constante, mas, sim, em momentos específicos, fosse em aplicação de atividades, na adaptação curricular ou na troca de informações sobre o aluno com deficiência, mesmo sendo na classe comum. O que se percebeu, entretanto, foi que havia muita variação na organização da atividade pedagógica do professor da Educação Especial em relação ao ensino na classe comum e a colaboração não era realizada de forma contínua, mas, sim, de maneira esporádica.

Observou-se que a professora Vanessa, além de verificar que agia de forma colaborativa diferenciada, percebeu que poderia melhorar sua prática junto às professoras da classe comum, já que deveria participar, além da elaboração das atividades, da aplicação e da avaliação da prática pedagógica no sentido de retroalimentar e reaplicar as estratégias necessárias para um ensino de qualidade. A professora Maria reconheceu e constatou, em seu relato, como foi desafiador atuar conjuntamente com professores de áreas específicas, já que esses profissionais, geralmente, não dispõem de tempo específico para planejamento.

Trabalhar em parceria é um desafio. Cheguei em uma escola que para conseguir atuar, aos poucos, fui conquistando o professor. Era uma escola de 6<sup>a</sup> ao 9<sup>o</sup> ano. Hoje, os assuntos abordados são realizados após as trocas de informações (MARIA, 17/03/2017).

Para que ocorresse o trabalho em conjunto, era imprescindível que houvesse parceria, troca de conhecimentos e colaboração. Nas falas dos professores da Educação Especial foram percebidas diversas práticas de atividade pedagógica, nas quais, em alguns momentos, foi possível identificar certa articulação, mas não ainda uma colaboração com o professor da sala comum.

Procuro ir sempre que posso na sala de aula regular com eles, passando orientações para melhor atender o aluno. Acredito que a articulação deveria ser semanalmente, pois ao saber o que o professor da sala comum iria trabalhar durante a semana, o professor do AEE trabalharia com atividade que complementaria essas aulas. Ex: com alunos surdos trabalhar sinais com palavras

chaves que serão trabalhadas ao longo da semana, etc (AMANDA, 04/10/2016).

Os professores da sala comum sempre me informam antecipadamente os conteúdos que serão trabalhados em sala, para que assim eu possa elaborar atividades para os alunos com deficiência. A articulação ocorre, primeiramente, por meio de troca de informações e, depois, por meio de elaboração de atividades em conjunto. (DORA, 04/10/2016).

Percebeu-se a ideia de complementação e orientação sem paridade hierárquica na fala da professora Amanda. Já no relato de Dora, identificou-se a orientação e a dependência da professora da Educação Especial para as atividades realizadas na classe comum. Algumas reflexões sobre as possibilidades de ações ocorreram durante as discussões do curso, quando os professores passaram a conhecer uma forma alternativa ao atendimento em sala de recursos e estratégias para o trabalho conjunto com os docentes da classe comum.

Nos relatos, após a discussão sobre o que seria ensino colaborativo, foram relatadas práticas que se deram em parceria, articulando estratégias e saberes que perpassam pela afirmação de Stainback e Stainback (1999), isto é, de que boas escolas devem ser boas para todos os alunos. Da mesma forma, foram percebidas ações exitosas na linha da colaboração entre os professores da Educação Especial e da classe comum, representadas pelas falas do professor Everton:

Há várias atividades que, enquanto professor da Educação Especial, venho desenvolvendo com professores da sala comum. Dentre eles, posso mencionar o trabalho que desenvolvo com uma professora do 4º ano, onde temos um aluno com baixa visão. A partir de uma angústia da professora de como desenvolver a temática animais vertebrados e invertebrados com o referido aluno, assumimos juntos a responsabilidade de planejar e instituir uma estratégia de intervenção para com o aluno (22/06/2017).

O professor Everton, durante a experiência formativa, ao se prontificar em atuar junto com a professora da classe comum para construir materiais adaptados para o aluno com deficiência visual, iniciou a organização da atividade pedagógica considerando a estratégia do ensino colaborativo, partindo desde o planejamento: “confeccionamos uma referência lógica sensorial sobre o desenvolvimento e reprodução dos sapos e do processo de metamorfose da borboleta (22/08/2017)”.

Incluindo a aplicação em sala, em consonância com a professora, pode contribuir para o aprendizado da turma como um todo, já que os instrumentos elaborados foram benéficos para todos os alunos.

A professora me convidou para participar da aula e ela iniciou problematizando a temática sobre animais vertebrados e invertebrados. Em seguida, os alunos com suas referências lógicas foram manipulando e construindo suas hipóteses e questionamentos acerca da temática. A professora foi de cadeira em cadeira, questionando por que eles achavam que a sequência do desenvolvimento do sapo e da borboleta era daquele modo e não de outro (EVERTON, 22/06/2017).

Após o relato sobre a atividade desenvolvida com a professora da classe comum, Everton complementou o relato de sua experiência com um posicionamento sobre a importância da colaboração:

Acredito que essa parceria é indispensável para uma inclusão na sua totalidade, onde a ação dos professores é intencional com propósitos claros ao desenvolvimento dos alunos. Essa articulação deveria ocorrer tanto na sala comum, quanto na sala de Recursos Multifuncionais na partilha de saberes entre professores, por um objetivo comum (22/06/2017).

O assessoramento nas escolas foi iniciado durante a intervenção formativa. Aconteceram em torno de três a seis sessões de assessoramento por escola, quando o primeiro contato se dava com o(a) professor(a) da Educação Especial que já havia informado sobre a pesquisa à Direção, à Coordenação Pedagógica e à professora da classe comum. Essa conversa inicial favoreceu o contato da pesquisadora com a equipe gestora que disponibilizou o material impresso sobre coensino, contatava a professora da sala comum, discutia e tirava dúvidas. Como exemplo das indagações, teve-se a da professora da classe comum, Ananda (26/04/2017), da escola E. M. Florestan Fernandes:

Esse ensino colaborativo aqui, vai trazer um diferencial de que eu possa aplicar para aquele aluno que não tem laudo, mas é visível que ele tem dificuldade, que ele tem deficiência? Eu vou poder estender isso a ele?

Essa dúvida permeou os assessoramentos e, aos poucos, foi respondida após o estudo do material disponibilizado e a visita constante às escolas. Também foi desses encontros que surgiram outros comentários, como os da professora Sandra que ressaltou a riqueza do tema e os da educadora Alda que gostou da parte referente à responsabilidade compartilhada. As falas de Sandra e Alda foram representadas abaixo, respectivamente:

É um tema muito rico e que poderia ser socializado com os demais colegas. Sei que farei minha parte, mas as formações são indispensáveis (17/05/2018).

A proposta é bem interessante e diferente [...], pois temos que incluir o aluno com deficiência [...] e essa proposta vem nos ajudar muito. O que me chamou a atenção nessa proposta é essa responsabilidade compartilhada (22/08/2017).

Houve escolas que, para iniciar o contato com a professora da classe comum, o docente da Educação Especial elaborou um horário para ir à sala de aula, como foi o caso do professor Rafael, que atuava pela manhã e tinha alguns alunos que atendia no mesmo turno devido à dificuldade da família em trazer o aluno no contra turno. O professor organizou, então, com a docente da classe comum, momentos em que se reuniam e elaboravam atividades para trabalhar em sala, tanto com o aluno com deficiência quanto com a turma como um todo. Aos poucos, a gestão e a coordenação começaram a verificar uma melhora da turma na aprendizagem, como

também a autonomia do aluno PAEE sendo despertada devido à atuação colaborativa entre os professores.

Na escola em que o professor Rafael atuava, a docente de Educação Especial que atendia no turno da tarde, a professora Nely, também participou da formação e desenvolvia suas atividades da mesma maneira que Rafael, organizando os horários de atendimento e de idas à sala de aula, colaborando com a professora da classe comum, desde a organização de conteúdo até a aplicação e avaliação das atividades desenvolvidas.

Os dois professores da Educação Especial conseguiram planejar e organizar atividades para que pudessem, em seguida, atuar colaborativamente na sala regular, em seus respectivos turnos, por meio do projeto piloto com duas turmas cada, fazendo com que, para o ano letivo de 2018, ocorresse a abrangência do trabalho com a estratégia colaborativa para outras turmas em que houvesse alunos PAEE matriculados.

Apesar de o professor Rafael denominar sua dinâmica de ensino colaborativo, percebeu-se que nem todos os pressupostos desse modelo de apoio estavam sendo praticados, mas, sim, o início de uma atuação na linha da colaboração, com planejamento, elaboração de atividades e estratégias para serem desenvolvidas na sala regular em prol do aluno PAEE, bem como da turma como um todo, já que o mesmo conseguia planejar junto com as professoras da sala comum e da Educação Especial, as atividades que seriam realizadas com o aluno PAEE.

A professora Giovana elaborou o horário da Sala Multifuncional também inserindo o trabalho colaborativo, com o diferencial de ser na Educação de Jovens e Adultos (EJA) noturno, com os professores da 1ª a 4ª etapas. Na escola, Giovana já atuava organizando os conteúdos com os professores com antecedência: planejava, elaborava os materiais necessários, aplicava junto com o professor da disciplina e depois avaliavam, em conjunto, o resultado da atividade e a aprendizagem do aluno. Havia um momento de planejamento entre os professores da classe comum e da Educação Especial semanalmente.

Como estratégia de ensino para o aluno PAEE, trabalhava-se com tutoria de pares, na qual um aluno ajudava o outro. Os professores chamaram a atenção para a importância da atuação de Giovana em sala diariamente:

A aproximação entre o professor da educação especial e da classe comum é de suma importância para ajudar a turma e isto está acontecendo com a presença da professora Giovana em sala de aula (TÂNIA, professora de Ciências, 22/05/2017).

A adaptação do material para o aluno com deficiência é muito importante (LUNA, professora de Arte, 22/05/2017).

A dinâmica pedagógica relatada pela professora Giovana demonstrou riqueza de informações desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos, destacando que a pesquisadora não vivenciou a prática descrita, mas teve acesso aos professores, observou o atendimento em duplas, como tutoria, e conheceu as salas de aula. Outras experiências foram relatadas durante a formação, mas optou-se pela seleção de algumas por questão de espaço do artigo.

#### 4. Avaliando a intervenção formativa

Nas avaliações individuais preenchidas sobre a intervenção formativa também foi observado o relato da professora Michele, segundo o qual, mesmo com as adversidades encontradas no dia a dia escolar, buscou desenvolver uma atuação em parceria com o professor da sala comum.

Acredito que um bom trabalho pode ser desenvolvido primordialmente com diálogo entre as partes. Estou iniciando na profissão, mas tento estar próxima ao professor para que este se sinta à vontade para solicitar meu apoio. Assim, sinto uma reciprocidade dos professores na escola em que estou, pois eles reconhecem suas dificuldades em promover a aprendizagem do aluno do AEE, mas não se intimidam ao pedir ajuda. Uma professora, que tem o aluno sem laudo no 4º ano, solicitou como poderia desenvolver atividade de história. Perguntei o assunto que estava ministrando e juntas começamos a ter ideias de como trabalhar o conteúdo com o aluno (07/04/2017).

Outros professores relataram que, durante a intervenção, perceberam que tinham pouco entendimento sobre o assunto. Contudo, após a formação, tornou-se possível modificar sua atuação para iniciar a colaboração no espaço pedagógico.

Antes, meu trabalho era em parceria com o professor de sala regular de forma indireta. Porém, após essa formação, estou mais próximo dos professores, fazendo um trabalho em conjunto (RAFAEL, 07/04/2017).

Até então, atuava pouco, tinha um diálogo com as professoras, a equipe pedagógica em geral, procurava conversar sobre o aluno. Mas a partir do curso do ensino colaborativo avaliado aqui, pude refletir sobre o meu fazer pedagógico, que irei mudar, pretendo inserir de fato em meu trabalho o ensino colaborativo. Socializando questões a respeito do aluno com as professoras e coordenação (RITA, 07/04/2017).

Como afirma Capellini (2004, p. 91), a colaboração requer uma evolução de comportamento e pensamento dos educadores. A professora Claudia demonstrou atuar mais próxima da estratégia do coensino, pois, percebeu-se em sua explanação, diferentes níveis de colaboração, exemplificando uma postura que fica longe da questão tudo ou nada.

Realizo planejamento com as professoras e atuamos juntas nas aulas. Sempre trocamos informações sobre os avanços e dificuldades dos alunos. Por exemplo, ministro aulas em parceria com a professora, nos reunimos para planejar e sempre trocamos informações sobre os alunos atendidos no AEE (07/04/2017).

Nos relatos de outros professores que participaram da pesquisa percebeu-se que a colaboração estava presente em suas ações. Às vezes, tal parceria se dava de forma discreta, como em situações nas quais esses professores se ofereciam para ajudar nas adaptações curriculares. Essa ação se expressava, por exemplo,

quando os professores entrevistados procuravam participar das atividades em classe comum ou, ainda, quando perguntavam pelo desempenho do aluno PAEE na sala.

Sempre procuro trocar experiências com outros profissionais dentro da escola, buscando ajudar/auxiliar no que for preciso e que esteja dentro de minha área de atuação e domínio (IVO, 07/04/2017).

Participo das atividades junto à sala regular e das adaptações das atividades e avaliações junto com o professor do ensino regular. Sempre faço adaptações das atividades e construo recursos para facilitar o desenvolvimento do aluno (MARIA, 07/04/2017).

Procuro integrar a todos da comunidade escolar sobre o trabalho desenvolvido e também sempre me coloco à disposição para contribuir para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem e da organização escolar (PAULA, 07/04/2017).

Foi importante considerar os dados do relato da professora Olívia, no qual se pode identificar que, para ela, ainda não estava muito claro o que era realmente trabalhar no modelo de ensino colaborativo:

Trabalhava no ensino colaborativo sem saber que trabalhava assim. Sempre apresentei o que é o AEE, funções do professor do AEE, levo o professor da sala regular para o AEE, para conhecer o aluno que o mesmo iria atender e também, quando possível, assistir o atendimento (07/04/2017).

Assim como foi indicado quanto à atuação no ensino colaborativo, os professores afirmaram que esta estratégia proporcionou a abertura para que o trabalho em conjunto no espaço da sala de aula fosse construído. Perceberam que, inicialmente, conseguiam compartilhar ideias e informações sobre o aluno PAEE e, posteriormente, que o diálogo ia se estendendo para a organização do trabalho pedagógico, resultando na união de conhecimentos e estratégias de ensino. Vale ressaltar que, esses momentos, foram oportunizados pelo apoio da gestão e da coordenação pedagógica, possibilitando com que existissem momentos de diálogos e de colaboração em prol de uma melhoria do processo ensino e aprendizagem, evitando a segregação/retirada do aluno da sala de aula.

A colaboração do professor de educação especial ao professor do ensino comum é fundamental para o desenvolvimento do aluno, tendo em vista que o professor do ensino comum entra com os conteúdos específicos e os professores de educação especial entra com as técnicas e métodos (AMANDA, 07/04/2017).

Conseguimos dessa forma contemplar a comunidade escolar e vivenciar todas as fases do aluno, possibilitando ao mesmo, acesso ou quebrar barreiras das limitações (ELOISA, 07/04/2017).

É necessário que o professor do AEE e o professor da sala regular trabalhem em parceria, pois cada professor trará o seu saber específico e juntos articularem a melhor forma para desenvolver os seus alunos em comum (IVO, 07/04/2017).

Rabelo (2012, p. 61) afirma que o apoio e o incentivo da administração escolar são fundamentais para a construção da cultura colaborativa na escola. Infelizmente, tal apoio e incentivo não ocorre em muitas escolas. Aliás, foi essa dificuldade que a professora Eva encontrou ao tentar atuar na linha do coensino. Independentemente dessa dificuldade, entretanto, ela procurou se aproximar do corpo docente oferecendo suporte.

Quando os professores expuseram a necessidade de se trabalhar em parceria, reafirmou-se, em síntese, a necessidade da colaboração, a qual, para Mendes (2008), é uma característica muito importante para a sociedade do século XXI, já que é um dos mecanismos que veio para viabilizar a transformação do panorama educacional.

Em relação aos pontos positivos apontados, constatou-se que, desde o início da intervenção formativa, os professores pesquisados se identificaram com a temática, fato comprovado pelas falas do primeiro dia, ocorrido em março de 2017:

Excelente. Nunca havia participado de um curso como esse de “ensino colaborativo”, que é uma atribuição nossa de fundamental importância para o sucesso do aluno público alvo da Educação Especial. Parabéns pela iniciativa e tema de pesquisa (AMANDA, 17/03/2017).

O primeiro encontro da formação continuada, superou minhas expectativas (DIANA, 17/03/2017).

Quebrando as barreiras da inclusão todos os dias. Obrigada pela oportunidade! (OLÍVIA, 17/03/2017).

Foram frequentes também relatos que reforçavam a importância da formação para a troca de conhecimentos:

Neste primeiro momento, achei muito saudável a interação do grupo, mesmo porque temos algo em comum: A Inclusão (SÂMIA, 17/03/2017).

Momento de suma importância para a Educação Especial no Município. Esse momento de conversa, de troca de experiências, do saber compartilhado deve ser cultivado com o objetivo do aperfeiçoamento e excelência do nosso trabalho no AEE (MIRNA, 17/03/2017).

O curso trouxe informações relevantes com relação a parceria e colaboração que se deve ter com respeito ao trabalho em equipe (Gestão – Professores da sala comum e Professores do AEE, não deixando de lado os outros autores que fazem parte do contexto (porteiro ...). Sendo essa fala de extrema importância (ALBA, 17/03/2018).

Os relatos demonstraram, ainda, que as discussões apresentaram aos professores da Educação Especial novas formas de atendimento especializado, além das salas de recursos multifuncionais, como a estratégia da colaboração e do ensino colaborativo e instigaram o reconhecimento sobre a necessidade desses

professores conhecerem novas dinâmicas voltadas para a escolarização do aluno PAEE.

A temática do encontro foi excelente, pois o ensino colaborativo é essencial para a aprendizagem do aluno (RITA, 24/03/2017).

Assim como no primeiro encontro, o segundo foi bastante proveitoso e houve muitas trocas de informações, experiências e compartilhamento de angústias. Sendo as temáticas sobre cooperação abordado de forma dinâmica e contextualizada (PAULA, 24/03/2017).

Minha sugestão seria que tanto professor da sala regular quanto coordenadores deveriam participar das oficinas (SILVIA, 17/05/2017).

Os professores da Educação Especial colocaram suas expectativas e ansiedades quanto à forma de se desenvolver a colaboração entre os atores sociais que compõem a escola (gestores, coordenação pedagógica, pessoal de apoio administrativo, porteiros, pais) e sugeriram a participação desses nas formações para conhecerem a estratégia apresentada.

No último dia de atividades, os professores expuseram suas opiniões sobre o curso, informando se o mesmo correspondeu às expectativas:

Sim. Na verdade, superaram, pois, não tinha a dimensão de como seria conduzido. Contribuiu muito para meu aprendizado (AMANDA, 07/04/2017).

Sim, pois agora entendo melhor minha função dentro da escola, onde devo não somente atender aos alunos, mas também os professores e demais funcionários da escola, passando informações relevantes (RAFAEL, 07/04/2017).

Sim. Foi explicado a definição do Coensino, apresentando dinâmicas, discussões entre os participantes do curso, foram dados exemplos da atuação, tudo muito importante (VANESSA, 07/04/2017).

Quanto ao que poderia ser melhorado em outros momentos de formação, os professores fizeram proposições bem pertinentes, como o aprofundamento sobre o coensino, conteúdos adaptados para alunos com autismo, formação para os professores da classe comum e o papel da universidade em relação ao coensino. Também mencionaram o interesse em discutir sobre como diminuir as barreiras que podem eventualmente surgir entre os profissionais envolvidos e de que modo se pode trabalhar com professores de disciplina:

Formação para os professores da rede em relação ao coensino e a importância do coensino para a aprendizagem do aluno (NELY, 07/04/2017).

Colaboração da Educação Especial na sala de aula comum; Formação das práticas pedagógicas do coensino; O ensino colaborativo e sua importância na prática pedagógica do professor do AEE (MIRNA, 07/04/2017).

Como diminuir barreiras com os professores da sala regular (MICHELE, 07/04/2017).

A intervenção formativa foi um meio de apresentar aos professores a estratégia do ensino colaborativo, um modelo de apoio à escolarização do aluno PAEE somado aos já existentes, como a sala multifuncional. Por intermédio da intervenção, pode-se chegar às escolas e, por conseguinte, aos professores da classe comum, envolvendo esse profissional na pesquisa de forma indireta.

## 5. Considerações finais

Entendeu-se que a proposta de propor uma formação com o tema ensino colaborativo e o acompanhando via assessoramento nas escolas foi o principal fator para que se observassem mudanças no contexto escolar e não somente no discurso dos docentes de Educação Especial do Município. Fato que fortaleceu a prerrogativa de que é preciso adentrar ao chão da escola, vivenciar o contexto dos docentes, refletir em contextos práticos, buscar soluções. Fato que fortaleceu a relação universidade - escola, pesquisador – pesquisado e que foi possibilitado na escola pela metodologia da pesquisa ação colaborativa.

Porém, para fomentar as reflexões e a existência dos problemas práticos na escola, percebeu-se a importância do estudo teórico sobre o tema, possibilitado pela formação realizada com base em diferentes autores brasileiros e americanos que se debruçaram na temática. Quando se pensou conjuntamente em diferentes formas de entendimento sobre a atuação de maneira colaborativa, bem como do ensino colaborativo, buscou-se em diferentes momentos as respostas para os possíveis desafios como “tempo para planejamento em conjunto”, “parceria nas adaptações de materiais e provas” e até perceber-se que era necessário desenvolver habilidades interpessoais e comunicativas para que existisse a colaboração.

Não se pode afirmar que o coensino foi vivenciado por todos os docentes, nem se tem dados empíricos para avaliar esse processo de forma efetiva no contexto das escolas, mas, com base nos dados, percebeu-se a diminuição da retirada do aluno da sala para realizar atendimento na sala de recursos multifuncional e, em parceria entre os dois docentes, a implementação de estratégias do ensino colaborativo e da colaboração.

Constatou-se também que as parcerias entre os professores da Educação Especial e os da classe comum existiam, no entanto, precisavam ser fortalecidas, fosse pela ação diária de entrosamento ou fosse pela percepção da necessidade de ambos e a participação efetiva de gestores, coordenadores pedagógicos, porteiros, merendeiras e a equipe da Secretaria de Educação.

Acredita-se que o estudo pode contribuir para se pensar em propostas colaborativas que favoreçam a escolarização do aluno PAEE no espaço da sala comum, porém, entende-se que existiram lacunas na proposta em relação do tempo disponível para coleta, principalmente em relação ao assessoramento nas escolas que poderia ter sido ampliado até que pudessem ser verificadas práticas colaborativas. Outros indícios também apontaram que se pode propor, em outras pesquisas, formatos que iniciem com o assessoramento nas escolas para se entender o contexto, intercalando-se, desde o início, com a base teórica para reflexão sobre possíveis estratégias para mudança.

O ensino colaborativo não é a única estratégia para inclusão escolar, porém, entende-se como proposta fundamental para a escolarização do aluno na sala

comum, sendo o conhecimento de como deve ser realizado a principal fonte para mudança contextual.

## Referências

BRASIL. **Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.** Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CEB/CNE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 11, de 07 de maio de 2010.** Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília: MEC/CNE, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 15 de dez. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CAPELINNI, Vera Lucia Messias Fialho. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental.** 2004. 300f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; BANDEIRA, Hilda Maria Martins; ARAUJO, Francisco Antonio Machado (Orgs.). **Pesquisa Colaborativa:** multirreferenciais e práticas convergentes. 376f. Piauí: EDUFPI, 2016.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino Colaborativo como prática de inclusão escolar. 49 – 64p. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 200p.

MENDES. Eniceia Gonçalves. **Perspectivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil.** P. 61-86. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. (Orgs.). **Escola Inclusiva.** São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MENDES. Eniceia Gonçalves. As relações educação especial e educação inclusiva. **Revista TEIAS:** Rio de Janeiro, ano 9, nº 18, pp. 91-94, julho/dezembro 2008.

MENDES. Eniceia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à Inclusão Escolar:** Unindo esforços entre Educação Comum e Especial. São Carlos: EDUFSCar, 2014. 160p.

SILVA, R. S.; VILARONGA, C. A. R. *Colaboração entre professores do ensino comum e especial em um município paraense.*

MILANESI, Josiane Beltrame. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista.** 185f. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2012.

RABELO, Lucelia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar.** 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial): Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 450p.

VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino.** 216 f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2014.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Eniceia Gonçalves. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.4, n. 1, p. 19-32, 2017 - Edição Especial.

ZERBATO, Ana Paula. **O papel do professor de Educação Especial na proposta do coensino.** 140f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. SP: UFSCar, 2014.

#### **Contribuição das autoras**

Autora 1: Contribuição substancial para a concepção e análise, interpretação dos dados e revisão final.

Autora 2: Participação ativa na discussão dos resultados e na revisão final do manuscrito.

Enviado em: 13/abril/2020 | Aprovado em: 13/junho/2020